

Contribuições para se pensar a educação no Brasil hoje

Maira Meira Pinto¹

Resenha: CASTRO, Claudio de Moura. *Crônicas de uma educação vacilante*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

Claudio de Moura Castro é carioca, tem 61 anos e é considerado um dos maiores especialistas brasileiros em educação, dedicando-se aos estudos desta área há mais de três décadas. Graduado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre pela Universidade de Yale (New Haven, Connecticut, EUA), é Ph.D. em Economia pela Universidade de Vanderbilt (Nashville, Tennessee, EUA). Foi professor nos Programas de Mestrado da PUC do Rio de Janeiro, da Fundação Getúlio Vargas, da Universidade de Brasília, da Universidade de Chicago (EUA), da Universidade de Genebra (Suíça) e da Universidade da Borgonha (França).

No Brasil, trabalhou no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) como secretário executivo e foi coordenador técnico do Programa de Estudos Conjuntos para a Integração Latino-americana (ECIEL). Ainda, foi Diretor-Geral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No exterior, foi chefe da Divisão de Políticas de Formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra, economista sênior de recursos humanos do Banco Mundial, passando para o Banco Interamericano de Desenvolvimento

¹ Mestre em Serviço Social. Doutoranda em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade de Santa Cruz do Sul.

(BID) como chefe da Divisão de Programas Sociais. Atualmente, é Presidente do Conselho Consultivo da Faculdade Pitágoras (Minas Gerais) e articulista da Revista Veja. Sendo autor de mais de trinta livros e trezentos artigos científicos, agregados ao currículo descrito acima, Claudio de Moura Castro realmente é uma das pessoas autorizadas para discutir a situação da educação do Brasil.

“Crônicas de uma educação vacilante” é um exemplo claro de como Castro consegue falar de questões importantes que cercam a educação brasileira na atualidade de forma simples, não deixando de demonstrar a complexidade do tema. Por ser uma compilação de ensaios, a maioria deles escritos para a Revista Veja, a leitura desta obra se torna de fácil compreensão, ao mesmo tempo em que suscita uma série de questionamentos acerca da situação das políticas para a educação no Brasil.

Apresentando situações da vida cotidiana, Castro consegue, brilhantemente, em onze capítulos, articulá-las com reflexões de fundo acerca da ciência em geral e da educação, especialmente. O autor discute desde o ensino fundamental até a criação de (novas) tecnologias, passando por ensino médio, cursos técnicos, concurso vestibular, graduação, pós-graduação e avaliação, nos oferecendo uma leitura do panorama da educação no País.² Ao mesmo tempo, e por isso o título da presente resenha se justifica, apresenta contribuições valiosas para se pensar os problemas educacionais, sugerindo alternativas de ação para que estes problemas possam ser minimizados. A construção do livro foi muito bem pensada e acredito ser também didática, acessível não somente às pessoas da Academia, mas também ao público leigo.

Castro, logo no primeiro capítulo, apresenta os intelectuais e sua tarefa frente às questões de ciência e de educação. Conforme o autor, “os intelectuais e formadores de opinião têm a obrigação moral de dizer o que pensam, não o que traz os aplausos da plateia” (p. 13). Ora, a discussão sobre o papel dos intelectuais não é recente, sendo pauta de reflexão e investigação de muitos estudiosos. Um exemplo é o filósofo Norberto Bobbio, que inclusive redigiu uma obra³ que trata exatamente do papel dos intelectuais no que se refere ao desenvolvimento de uma nação. Segundo Bobbio, o intelectual é aquele sujeito a quem se

² Como os tópicos ensino médio, cursos técnicos e tecnologias não são foco central da redação desta resenha, remeto à leitura, a quem possa interessar, os capítulos VI, X e XI da obra em análise.

³ BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

atribui a tarefa do conhecimento, constituindo o sistema de idéias de uma sociedade. Sendo assim, ele é um mediador, devendo se posicionar criticamente àquilo que apresenta e discute. Dessa maneira, segundo o mesmo autor, o papel do intelectual relaciona-se intrinsecamente com o poder, perspectiva com a qual Claudio de Moura Castro concorda, como fica explícito em seus ensaios do primeiro capítulo do livro.

Ainda, neste primeiro capítulo, refere-se à importância de sermos capazes de entender aquilo que lemos, e de como a escola tem papel fundamental neste processo. Neste sentido, acredita que os brasileiros, de modo geral, não sabem ler, o que significa dizer que as pessoas estão muito mais preocupadas em dar o seu sentido àquilo que lêem do que propriamente entender o que a pessoa que escreveu quis explicitamente colocar. Refere que a escola reforça esta perspectiva errônea, na medida em que utiliza métodos de alfabetização que privilegiam a interpretação ao invés da leitura propriamente dita (método fônico X método global). Por isso mesmo, temos de estar atentos ao que lemos, como lemos e como utilizamos os meios de comunicação a favor de uma boa compreensão das situações e fenômenos que nos são apresentados.

Em outro capítulo, Castro chama a atenção para o que vem sendo feito com aqueles brasileiros que ainda não aprenderam a ler e escrever, os analfabetos do País, ou ainda aqueles que sabem ler e escrever de forma muito primária (analfabetos funcionais). Sua posição em relação a este assunto pode ser bastante criticada por alguns, pois defende que não são todos que têm as condições necessárias para atingir tal fim.

Em determinada passagem do texto, apresenta que: “deverá haver uma mobilização forte para concentrar o recrutamento [para programas de alfabetização] na faixa etária mais jovem, onde a probabilidade de sucesso é muito maior” (p. 244), ainda que se saiba que politicamente não é uma boa idéia barrar dos programas as pessoas mais velhas. Acredito que a idéia do autor é instigante, na medida em que propõe que pensemos naquelas pessoas que ainda têm condições reais de aprendizagem. Mas quais seriam estas condições reais de aprendizagem? Deixo esta pergunta para o próprio Castro responder.

Uma perspectiva que perpassa toda a construção do livro é a questão do ensino fundamental brasileiro, que segundo o autor é nessa etapa “que está o cerne de tudo o mais que sai errado em nossa educação” (p. 78). O autor aponta inúmeras falhas neste sistema, mas tem uma visão positiva e acredita que os equívocos já vêm sendo com-tornados, com ações como a descentralização dos recursos e os métodos

de avaliação do ensino, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Alerta para a questão de que no Brasil a educação básica, em determinado momento histórico (República/século XIX), foi colocada enquanto um direito universal, e que a partir daí as estruturas cresceram (número de escolas, número de professores contratados, número de livros comprados), mas a qualidade do ensino não. Acredita que o ensino somente irá melhorar quando a situação cotidiana, ou seja, a sala de aula, tiver qualidade. Isso significa dizer que os métodos de ensino e a preparação e os salários dos professores devem melhorar sensivelmente. A reprovação em massa e também o sistema de ciclos, não são boas saídas para qualificar o processo ensino-aprendizagem. Isso porque nem reprovar o aluno, nem aprová-lo sem méritos motiva este aluno a se dedicar aos estudos e aproveitar aquilo que é ensinado na sala de aula para a sua vida futura.

Ao mesmo tempo, os currículos também devem ser revistos, pois muitas vezes eles estão recheados de conteúdos que não serão úteis na vida futura dos estudantes. “O que é realmente importante se aprender? Quais são os conteúdos imprescindíveis que devem ser ministrados porque trarão utilidade prática futura?”, são alguns dos questionamentos que o autor nos oferece para pensarmos alternativas de melhorar o ensino fundamental no País.

Uma discussão que tem centralidade em “Crônicas de uma educação vacilante” é a situação do ensino superior brasileiro. Castro inicia esta discussão apresentando elementos sobre o vestibular, sugerindo que este concurso poderia ser substituído pelos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Porém (mais uma vez), os alunos mais carenciados, advindos de escolas públicas, poderiam ser “engolidos” por aqueles alunos das escolas privadas, onde o ensino é supostamente mais qualificado e onde as notas no ENEM são melhores. Isso porque, quando os parâmetros do ENEM fossem adotados, estaria se tirando “o leite das criancinhas dos fazedores de vestibular” (p. 117) e também dos cursinhos pré-vestibulares. A partir disso, o autor tece uma série de considerações acerca do ensino superior, desde as graduações até os doutorados e pós-doutorados.

Discute com seriedade a situação dos cursos de graduação do País, revelando que mais vale uma graduação fraca do que nenhuma graduação, quando pontua que existem muitas faculdades que preparam mal para o mercado os seus estudantes. Em certa medida, o autor não está equivocado, e apresenta os seus argumentos, mas a intenção

não deveria ser de ter somente cursos bons sendo oferecidos à população que chega ao nível do ensino superior, com uma política de pesquisa forte e bem estruturada? Castro vai afirmar que não, que faculdades isoladas, que não têm relação com a pesquisa, podem preparar seus alunos para o mercado de trabalho tão bem e até melhor que as grandes universidades. Isso porque, segundo o autor, as pesquisas realizadas na maioria das universidades brasileiras não são feitas pelos e para os alunos, e sim individualmente pelos professores pesquisadores. Estas pesquisas nunca ou quase nunca estão relacionadas com o ensino oferecido por estas instituições. Ou seja, não é preciso que haja pesquisa para haver ensino de qualidade. Esta afirmação provavelmente choca muitas pessoas, especialmente aquelas que defendem de forma ferrenha as universidades públicas e o tripé ensino-pesquisa-extensão. Conforme o autor, as universidades públicas são mais caras que as universidades privadas e não necessariamente oferecem uma maior qualidade de ensino (e mesmo de pesquisa) a seus estudantes.

Aliás, esta é outra questão que perpassa todo o livro: a crítica que o autor faz às instituições públicas de ensino, especialmente às universidades. Inclusive, Castro aponta a idéia que se tem de que o ensino privado é muito pior do que o público como uma das “asneiras” (a partir de suas próprias palavras) sobre o ensino superior. Conforme o autor, as médias das universidades públicas no antigo Provão, hoje Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (SINAES/Enade), não são sempre melhores do que as médias das universidades privadas – isso depende da área que está sendo avaliada. Na sua perspectiva, a preocupação do Governo deveria ser com as instituições públicas, que são mantidas pelos impostos pagos pela população, e não com as universidades privadas que, quando seguindo a legislação específica, arcam praticamente com todos os seus custos.

Finalmente, o autor coloca-nos uma questão fundamental: a reforma da educação é eminentemente um ato político. Neste sentido, ele destaca dois elementos centrais, a importância e o papel do Ministério da Educação (MEC) e a importância da mídia na divulgação da educação brasileira. No que se refere ao papel desempenhado pelo MEC, Castro coloca que o MEC deve ser aquele órgão governamental que “ofereça idéias, liderança intelectual, políticas e orientações” (p.259). Aponta que o MEC é tão imperfeito quanto a nossa própria sociedade, e é dela, ou seja, da população brasileira, especialmente daquelas pessoas que trabalham com educação, que devem vir as cobranças para que o sistema funcione da melhor maneira possível.

Aliada a esta perspectiva, apresenta que a mídia tem papel central na divulgação de ações positivas à educação. É vital que a educação no País vire notícia, mas de forma séria e fundamentada. De nada adianta notícias que falam sobre questões que não irão acrescentar, como o caso de uma escola de São Paulo que teve um surto de piolhos (p. 260). É necessário que as notícias versem sobre censos escolares, resultados de exames, exemplos a serem seguidos e outros assuntos de relevância. Enquanto a educação não se tornar de fato uma prioridade nacional, as notícias continuarão sendo superficiais e irrelevantes para o aprimoramento do sistema educacional do País.

Como já dizia Lourenço Filho, na década de 1940, “o Estado não educa apenas com as instituições a que explicitamente chamamos educativas, mas com toda a sua configuração político-social”.⁴ Sorte nossa que temos intelectuais engajados e que pensam em alternativas viáveis para minimizar os problemas da educação no Brasil, como é o caso do autor da obra aqui ensaiada, Claudio de Moura Castro.

Maira Meira Pinto
E-mail: mmeirapinto@gmail.com

Resenha recebida em junho/2007.
Aprovada em setembro/2007.

⁴ FILHO, Lourenço. A educação, problema nacional. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 79, n. 191, p.52-64, 1998.